

Cecília Campello do Amaral Mello*

O DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO SEGUNDO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1998-2002)**

*Do rio que tudo arrasta
Diz-se que é violento
Mas ninguém diz violentas
as margens que o comprimem*
Bertold Brecht

INTRODUÇÃO¹

Este artigo pretende analisar o debate parlamentar em torno do Projeto de Transposição do Rio São Francisco durante o segundo governo Fernando

* Antropóloga. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaboradora do Projeto Brasil Sustentável e Democrático, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Agradeço ao ETTERN-IPPUR, ao prof. Henri Acelrad (IPPUR/UFRJ) e aos coordenadores e professores do CLACSO, Bettina Levy, Atilio Boron, Gabriel Fajn, Laura Tavares Soares e Pablo Gentili. As discussões aqui expostas, porém, são de inteira responsabilidade da autora.

¹ A primeira versão deste texto foi escrita em 2002. A presente versão é resultado de duas revisões: uma atual e outra realizada no ano de 2004, quando procurei incorporar à análise algumas tensões que o projeto de transposição engendrou no início do primeiro governo Lula (2003-2006). Embora o projeto de transposição tenha sofrido algumas modificações, permanece a oposição entre governo federal e os movimentos sociais, luta que se desenrola atualmente no Superior Tribunal Federal. O segundo governo Lula demarca claramente sua posição de defesa da transposição, obra incorporada ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Em

Henrique Cardoso (1998-2002), com foco específico no período em que o projeto foi objeto de um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados. O objetivo é compreender a dimensão institucional deste longo debate, que, do século XIX aos dias de hoje, se projeta –ora contínua, ora intermitentemente– no debate público, envolvendo os profissionais da política e a assim chamada sociedade civil.

Como tantos outros debates recorrentes na vida política brasileira, as discussões em torno do Projeto de Transposição do Rio São Francisco provocam divisões e realinhamentos entre os sujeitos políticos e, dependendo do caso, modificam a própria composição dos pertencimentos políticos. Este trabalho busca apreender as diversas lógicas que permearam a retórica e a intervenção política dos deputados durante este debate público, partindo da premissa de que para compreender a coerência das realidades políticas é necessário atentar para o fundo de instabilidade e relatividade próprio às estruturas políticas (Evans-Pritchard, 1978: 150).

O Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco promoveu dezoito audiências públicas, com a participação de deputados, governadores das regiões potencialmente afetadas pelo projeto, secretários de recursos hídricos dos governos estadual e federal, assim como quadros técnicos do governo. As entidades da sociedade civil que se mobilizam em defesa do Rio São Francisco não foram convidadas a participar das audiências públicas. Além dos representantes dos governos, foram convidados o presidente da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), o empresário Antônio Ermírio de Moraes (vice-presidente do grupo Votorantin) e um professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. A base empírica a partir da qual se constrói a argumentação deste trabalho são os discursos reunidos nas notas taquigráficas das Audiências Públicas e fontes documentais, tais como relatórios governamentais, artigos analíticos sobre o projeto de transposição e textos publicados na grande imprensa e nos meios de comunicação dos movimentos sociais envolvidos no debate.

março de 2007, a transposição recebeu o aval do IBAMA, que expediu a licença de instalação do projeto. Os movimentos sociais, por sua vez, não reconhecem mais o governo federal como interlocutor e defendem alternativas, como o projeto do Atlas do Nordeste, formulado pela Agência Nacional de Águas, que prevê a democratização do acesso a água com metade dos custos da transposição, beneficiando o triplo de pessoas (3,6 bilhões de reais, em relação aos 6,6 bilhões de reais da transposição previstos no PAC e 34 milhões de beneficiados, em relação aos 12 milhões previstos na transposição). Os múltiplos acontecimentos e embates políticos que envolvem a transposição nos últimos anos, porém, não são objeto do presente artigo, que deve ser lido como um capítulo da história do debate parlamentar sobre a transposição do rio São Francisco, com foco específico no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002).

De início, são apresentados alguns argumentos acionados pelo então Ministério da Integração Nacional (MIN) para justificar a premissa da implementação do projeto e, em seguida, uma breve descrição técnica do projeto é delineada, de modo a permitir que o leitor vislumbre sobre o que trata a obra de transposição. Antes de adentrar na análise, o projeto de transposição é situado em termos históricos, indicativos não apenas da recorrência deste debate na história brasileira, mas sobretudo das controvérsias enunciadas em diferentes épocas em torno da transposição.

Num segundo momento, são abordados alguns eixos argumentativos sobre os quais se focalizaram as discussões nas Audiências Públicas², a saber: a escassez de recursos hídricos, a água enquanto recurso estratégico, o caráter de integração nacional do projeto, os múltiplos usos da água, a revitalização como alternativa e o discurso técnico como expediente formador de consenso. Em seguida, tendo em vista a necessidade de se ampliar este cenário de argumentações para além dos profissionais da política, é apresentada a perspectiva de outros agentes sociais –no caso, entidades da sociedade civil organizada– no que se refere ao projeto de transposição e à construção de um outro projeto para a bacia hidrográfica do rio São Francisco. Por fim, propõe-se uma discussão sobre a dimensão propriamente política do Projeto de Transposição do Rio São Francisco no contexto do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002).

A HISTÓRIA DAS ÁGUAS: O PROJETO E A OBRA

O Brasil possui a maior disponibilidade hídrica do mundo: em torno de 12% de toda a água doce superficial disponível no planeta (MMA/ANA, 2007). Porém, esta água está distribuída de maneira desigual, em função das características geográficas da distribuição dos recursos hídricos e do déficit de políticas públicas que garantam uma distribuição equânime do abastecimento de água.

O rio São Francisco nasce na serra da Canastra, sudoeste do estado de Minas Gerais e percorre 2.700 km em direção ao Nordeste, percorrendo os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Sua bacia se estende por uma área de 640 mil quilômetros quadrados, onde estão 503 municípios, nos quais vivem um total de 14 milhões de pessoas. Trata-se de um dos poucos rios perenes a atravessar a região do Semi-Árido, daí seu caráter vital para os contingentes populacionais que vivem às suas margens.

² Todas as falas citadas ao longo do texto são oriundas das audiências públicas do Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, realizadas entre os meses de fevereiro e junho de 2000 na Câmara dos Deputados, Brasília.

A idéia da transposição do rio São Francisco nasceu em meados do século XIX, quando Dom Pedro II contratou o então conhecido engenheiro austríaco Henrique Halfeld para realizar um estudo detalhado do rio São Francisco e propor uma solução para a transposição de suas águas. No início do século XX, a transposição do rio ocupou a mente e a imaginação de engenheiros e intelectuais, como Euclides de Cunha, e diversos projetos foram elaborados pelos sucessivos governos da República para a transposição do rio, conhecido como “rio da unidade nacional”, eixo de ligação entre o nordeste e o sudeste do Brasil.

Somente a partir de meados do século XX, porém, o Estado brasileiro iniciou uma ação sistemática na região, utilizando uma porcentagem das rendas tributárias federais em projetos de aproveitamento do potencial econômico do rio São Francisco e afluentes, tal como promulgado pela Constituição Federal de 1946. À época, falava-se em *recuperação* do Vale do São Francisco, no sentido de se criar as condições econômicas favoráveis à fixação das populações em suas margens, o que estancaria o fluxo migratório Nordeste-Sudeste. O projeto de recuperação do Vale do São Francisco se inscreveu dentro de um objetivo geopolítico mais amplo de consolidação da unidade nacional e foi uma das primeiras tentativas da realização de um planejamento regional no Brasil. A partir da década de 50, e notadamente com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, há uma clara alteração nos planos de desenvolvimento da região, que passaram a priorizar grandes obras: “A navegação fluvial cede lugar explicitamente às rodovias e a hidroeletricidade já se insinua como prioridade” (Sigaud et al., 1988: 92). Na década de 70, com os governos militares, consolida-se a opção pela hidroeletricidade. A construção da barragem de Sobradinho e seus efeitos sociais negativos sintetizam “a ruptura definitiva com a concepção de que o Vale [do São Francisco] constituía uma unidade e com os objetivos da valorização econômica, de fixação da população, de contenção de cheias, de projetos de irrigação voltados para o desenvolvimento da agricultura na região” (Sigaud et al., 1988). Na década de 80, foram realizados os primeiros estudos básicos de engenharia e o estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto de transposição.

Em 1994, início do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto básico da transposição foi desenhado, a partir do qual se constituiu o projeto final, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE). Em 2001, o custo do projeto era estimado entre 2,7 e 3 bilhões de reais e dependida da captação de recursos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao exército, ao Banco Mundial (financiador dos primeiros estudos da

transposição), além dos recursos obtidos com a planejada privatização da Centrais Hidrelétricas do São Francisco (Andrade, 2002).

O argumento central acionado pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica para justificar a importância do projeto foi o do *descompasso* entre oferta e demanda por água no Nordeste. Afirmava-se que as soluções para o “drama da falta de água na região semi-árida do Nordeste” haviam sido até então “incapazes de atender à demanda”. A escassez d’água seria responsável pelo Nordeste ser uma região “condenada ao atraso e à miséria”, razão que obrigava “seus habitantes a migrarem para as cidades”, processo que, em última análise, era entendido como uma forma de “penalizar todo o país” (Ministério da Integração Nacional, 2002).

Segundo a argumentação da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, esta situação de desequilíbrio decorreria, “do fato de que o Nordeste tem apenas 3% da água doce do Brasil”. Esta situação –o déficit hídrico– foi, portanto, apresentada como causa eficiente dos problemas sociais no Nordeste. Seus efeitos teriam se perenizado e expandido, trazendo conseqüências negativas para o resto do país. Este *mal*, inscrito nas condições naturais de uma região, foi apresentado, a um só tempo, como uma questão local –relativa ao semi-árido nordestino– e de âmbito nacional –tendo em vista a difusão, por todo o país, dos sintomas da secular tragédia da seca nordestina. O antídoto governamental ao déficit hídrico emergiu uma vez mais na arena política nacional com o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, justificado pela racionalidade administrativa como um projeto “indutor de desenvolvimento regional, a partir da oferta e da gestão racional da água” (Ministério da Integração Nacional, 2002).

A linguagem técnica presente nos dados que se seguem sobre o projeto é a linguagem própria da administração (Bourdieu, 1998) e, como veremos, a disputa em torno dos dados técnicos é, a um só tempo, matéria-prima e catalisadora das disputas políticas. É este olhar que deve guiar a leitura dos dados que se seguem sobre o projeto, disponibilizados ao público pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional do governo Fernando Henrique Cardoso. O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, tal como desenhado no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, previa “a transferência para outras bacias de menos de 2% do volume do rio, para garantir a melhor oferta e o melhor uso das águas dos açudes que abastecem o semi-árido do Nordeste Setentrional” (Ministério da Integração Nacional, 2002)³. Segundo dados da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do

³ Os autores ressaltavam que apenas em 2025 seria atingido o percentual de 2% do volume do rio, uma vez que a implantação do projeto seria gradativa, seguindo o crescimento da demanda.

MIN, o projeto previa um conjunto de canais, adutoras, túneis, estações de bombeamento e reservatórios que teriam origem em duas tomadas d'água após a barragem de Sobradinho. O conjunto dos dois eixos e suas ramificações somaria cerca de 700 km de canais. A primeira captação de água, projetada para atender ao Eixo Norte, se implantaria próxima da cidade de Cabrobó (PE) e abasteceria os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. A segunda, servindo o Eixo Leste, sairia do reservatório da barragem de Itaparica e levaria água para os estados de Pernambuco (PE) e da Paraíba (PB)⁴. As bacias receptoras das águas transpostas seriam as do rio Jaguaribe, no estado do Ceará, rio Apodi, no estado Rio Grande do Norte, rio Piranhas-Açu, nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e o rio Paraíba, no estado homônimo. As bacias metropolitanas que abastecem Fortaleza (CE), interligadas ao rio Jaguaribe pelo Canal do Trabalhador também receberiam águas, assim como o Agreste Pernambucano e a Região Metropolitana de Recife. Portanto, os estados chamados *receptores* de águas da transposição seriam os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. E os estados chamados *doadores* de água seriam a Bahia, o Sergipe e o Alagoas.

Apresentado pelo governo Fernando Henrique como uma solução consistente para o problema da seca no semi-árido nordestino, o projeto de transposição catalisou e cataliza muitas disputas políticas. Nos debates sobre a formulação e realização do projeto participaram agentes sociais com concepções distintas sobre o que é ou poderia ser o rio São Francisco. Trata-se de concepções que compõem, constroem e produzem efetivamente objetos distintos. Enquanto se disputarem projetos para o futuro do rio São Francisco, são diferentes rios e ações capazes de engendrará-los que estarão, de fato, em disputa.

AS SINUOSIDADES DO DEBATE PARLAMENTAR SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

A análise das audiências públicas do projeto tem como objetivo entender a diversidade de argumentos construídos pelas diferentes forças políticas presentes no debate, cujos interesses e estratégias em relação ao projeto de transposição ora se aproximam ora se diferenciam. À medida que os argumentos são tecidos e apresentados nas audiências públicas, visões e princípios de ordenação do espaço social são projetados na arena política⁵. Este é um momento propício para a análise das lógicas

4 Apesar de mudanças pontuais, o projeto atualmente (2007) em debate compreende as mesmas características básicas daquele do governo Fernando Henrique Cardoso, aqui analisado.

5 Em política, “dizer é fazer”, isto é, “fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social; as

que organizam a argumentação política, cujos atores não se situam em blocos ou coalizões unívocos e homogêneos: as unidades partidárias são mais permeáveis e instáveis do que usualmente se crê. Mais do que identidades políticas previamente delimitadas, a pauta política em jogo num dado momento produz uma dinâmica de desagregação, convergências e recriação de novos pertencimentos e alianças.

Certos temas possuem esta capacidade de fazer emergir novas configurações anteriormente impensadas. O rio dos deputados é um elemento natural que atravessa fronteiras políticas e simbólicas construídas ao longo do tempo. Deste modo, o rio é um eixo desestabilizador de um tipo de ordenação territorial criadora, por exemplo, das fronteiras estaduais. O São Francisco é um rio que atravessa muitos estados e por isso rompe as demarcações e fronteiras inventadas pelos homens. Assim, o debate sobre o rio São Francisco tal como concebido pelos deputados revela, em si mesmo, as tensões entre a reafirmação da preeminência das fronteiras políticas e as sinuosidades de um espaço natural que as nega. O rio é objeto de um esforço coletivo que procura demarcá-lo enquanto curso d'água segmentado em função de interesses e disputas diversos. Por outro lado, o enfrentamento público a respeito do projeto e do rio é atravessado ele mesmo por um fluxo que rebate na atividade política e produz novos princípios catalisadores de adesões e/ou rompimentos, redefinindo as lógicas políticas preexistentes e as formas de intervenção no espaço social. Apresento a seguir alguns eixos discursivos recorrentes durante o debate, invocados pelos “profissionais da representação” (Bourdieu, 2000). Tais eixos constituem casos privilegiados para a compreensão da forma como foram construídas as instâncias de adesão e de refutação ao projeto, assim como seus meios-termos e compromissos intermediários, igualmente significativos.

A ESCASSEZ DAS ÁGUAS: CATALISADOR DE ADESÕES

Em sua defesa do projeto de transposição, a segunda gestão Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) lançou mão de uma estratégia argumentativa ancorada na idéia de que o aumento da *oferta* e a maior *racionalidade* na gestão dos recursos hídricos induziriam o desenvolvimento da região, sem abordar publicamente o tema das diferentes *destinações e usos* da água que seria transposta. O projeto, porém, previa a seguinte distribuição dos recursos hídricos: 71% para irrigação, 25% para consumo urbano e 4% para perdas e outros consumos (Andrade, 2002). O objetivo declarado no projeto, tal como concebido pelo governo Fernando Henrique, era o de inserir o semi-árido do Nordeste Seten-

palavras de ordem que produzem sua própria verificação ao reproduzirem grupos e, deste modo, uma ordem social” (Bourdieu, 1998: 185-186).

trional em “um processo de produção econômica realmente competitivo: a agricultura irrigada” (Ministério da Integração Nacional, 2002).

Destacava-se que o semi-árido nordestino dispunha de condições objetivas para ocupar este *nicho* de mercado e desenvolver uma agricultura de exportação, a partir do uso intensivo de tecnologias de irrigação⁶.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco estava alocado no Programa Plurianual de Investimentos (PPA), de 2000-2003, o Plano *Avança Brasil*, que propôs uma estratégia de intervenção política nos espaços regionais através dos chamados “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. Os eixos eram representados como vetores cuja direção e sentido partiam de determinadas porções do território nacional rumo ao mercado internacional. Tratava-se, em linhas gerais, de um projeto de interligação dos centros de produção mais *dinâmicos* do país aos mercados globais, a partir de investimentos focados na infra-estrutura econômica –transportes, energia e comunicações– a ser otimizada para acelerar o fluxo de circulação de mercadorias (rumo a um porto, para exportação), reduzir o chamado *Custo Brasil* e aumentar a competitividade sistêmica da economia brasileira. Afirma Acselrad (2001a: 73):

Trata-se, portanto, de viabilizar a articulação das regiões dinâmicas ao circuito da acumulação em escala mundial, fazer valer as vocações de cada porção do território nacional tal como supostamente definíveis pelo mercado global, em detrimento dos diferentes projetos que, para tais áreas, tenham porventura formulado os diferentes atores sociais locais.

Mas como a transposição se insere nessa partição do território em “eixos nacionais”? E como justificar o custo vultuoso da obra de transposição num contexto de políticas econômicas de ajuste estrutural? A defesa do projeto de transposição foi tornada possível num contexto macroeconômico de contenção de despesas estatais por ter sido formulada como *investimento* em infra-estrutura econômica. Seriam recursos destinados à irrigação das porções “mais dinâmicas” do território nordestino, isto é, as lavouras voltadas para a produção de gêneros agrícolas para exportação, que trariam divisas para o país e contribuiriam para o assim chamado *equilíbrio* das contas públicas. Assim, através de uma

6 O discurso do governo Fernando Henrique Cardoso oscilava ao definir publicamente os beneficiários diretos do projeto de transposição. Em certos momentos, definia-se como objetivo central do projeto a garantia de água para os grandes projetos de agricultura irrigada para exportação. Porém, em outros momentos, o governo produzia estratégias discursivas de ocultamento de tal objetivo, definindo que o objetivo do projeto seria garantir a “oferta hídrica”, sem explicitar seus usos finais.

estratégia discursiva que o inseriu na lógica de otimização dos recursos públicos, o projeto de transposição não pesaria enquanto fonte de déficit público, uma vez mantida a prioridade de inversão de recursos numa atividade econômica produtora de superávit primário.

O governo brasileiro destinou atenção especial para a justificativa pública da obra, então representada como “investimento”, portanto, não comprometendo o ajuste a que estavam submetidas as contas públicas. No documento intitulado “Entendendo o PPA”, o governo destacou o atrelamento do programa às metas de estabilização monetária e fiscal definidas pelos bancos multilaterais⁷. Assim, o financiamento do projeto de transposição situava-se num quadro bem definido de metas econômicas consideradas estratégicas dentro de um modelo de ajuste que pretendia, em primeiro lugar, consolidar a assim chamada “estabilidade econômica”, em seguida, promover o “crescimento econômico”, para enfim “melhor distribuir os frutos do crescimento econômico entre os brasileiros” (Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, 2000a), fórmula conhecida e empregada usualmente ao longo de diferentes gestões da economia brasileira, nas quais invariavelmente a distribuição dos recursos se encontra submetida à prioridade do crescimento e da estabilidade.

Apresentado o quadro geral da perspectiva governista sobre o projeto, tal como explicitada em documentos de acesso público, verificaremos as intervenções do então ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e de seu secretário de recursos hídricos, Rômulo Macedo, as quais projetam detalhadamente esta lógica argumentativa. A eles se alinham o relator do Grupo de Trabalho da Transposição do Rio São Francisco, deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB), e o presidente do mesmo GT, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ambos da base de apoio do governo. Suas falas ressoam mutuamente em torno da assim definida escassez de água e recursos, buscando catalisar adesões dos deputados da base governista e assim formar um bloco político hegemônico.

O discurso sobre a disponibilidade de água se faz dentro de uma lógica malthusiana em que a natureza é representada como um recurso cuja demanda crescente a torna *escassa* ou *insuficiente*, incapaz de se reproduzir no mesmo ritmo que o aumento populacional e o processo de urbanização. Nas palavras do deputado relator (PFL-PB):

7 “Coerente com o Plano de Estabilização Fiscal, a quantificação dos programas e suas ações foi baseada na previsão de recursos fiscais para o período” (Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, 2000a). A estabilidade econômica era apresentada nos documentos produzidos pelo governo como condição para um crescimento econômico sustentado e como coerente com as metas de desenvolvimento: “Para crescer de forma consistente, o País precisa consolidar a estabilidade econômica. A estabilidade, entretanto, não se contrapõe ao desenvolvimento” (Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, 2000a).

Mantidas as coisas como estão, apenas por conta da natureza, nunca mais o Nordeste setentrional fechará seu balanço hídrico. A oferta d'água, como está, será sempre menor do que a demanda, porque a população cresceu muito, porque há um grau de urbanização crescente, assim como demanda d'água para todo tipo de finalidade (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

A falta d'água em determinadas partes da região do semi-árido nordestino é a justificativa para a transferência d'água do rio, segundo uma fórmula que supõe necessário o equilíbrio da oferta e da demanda. Observe-se que a composição social da demanda por água é apresentada como indiferenciada. Dizia o então secretário nacional de recursos hídricos:

Verificamos que por volta do ano 2002 haverá um empate entre a oferta e a demanda hídrica na região. Isso quer dizer que a partir desse ano, como a oferta vai permanecer constante no tempo, como era de se esperar, a demanda continuará evoluindo. E a cada ano que passa, essa demanda vai-se distanciando da oferta (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Seguindo a lógica do pensamento econômico neoclássico, em que o valor das mercadorias é dado pela sua relativa abundância ou escassez, a água, definida como recurso cada vez mais escasso, foi transformada em um *recurso estratégico*, o qual deveria ser objeto de atenções especiais na esfera do planejamento dos governos. Este eixo discursivo do governo Fernando Henrique enfatizava o desequilíbrio hídrico do país, que seria determinado pela distribuição *naturalmente* desigual das reservas de água doce. Este desequilíbrio hídrico, inscrito na geologia do país, foi representado como fator determinante dos desequilíbrios sociais. A obra de transposição viria a ser o instrumento por excelência capaz de reverter tal determinismo natural. Assim, segundo esta lógica, para que a água pudesse chegar a todas as regiões e assim reverter as desigualdades, far-se-ia necessária a interligação das bacias.

Um argumento recorrente ao discurso do governo Fernando Henrique referia-se aos êxodos populacionais do Nordeste em direção a regiões menos pobres, apresentados como correlacionados ao problema natural da escassez de água. Os defensores do projeto argumentavam que a transposição das águas do rio para uma das regiões mais pobres do país, o semi-árido nordestino, seria um elemento fundamental para o desenvolvimento da região, o que reduziria significativamente as ondas migratórias em direção ao Sudeste. Os efeitos benéficos da maior disponibilidade de água, portanto, ocasionariam a redução das

migrações populacionais, fenômeno gerador de “desarmonias sociais”. Afirmava-se que, com a implantação do projeto “300 mil nordestinos da área rural deixarão de migrar para as cidades” e em todo o Nordeste setentrional, “será evitada a emigração de cerca de um milhão de pessoas” (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000). Esta visão sobre o Nordeste atrasado *versus* Sudeste moderno, que enfatiza os custos sociais, isto é, os efeitos intrinsecamente *anômicos* das migrações nordestinas, foi assim formulada pelo então ministro da Integração Nacional:

Ao longo do tempo, São Paulo tornou-se a maior cidade nordestina do País [...] Não podemos passar mais 150 anos discutindo um projeto –e o problema agora se agrava–, sob pena de termos a responsabilidade de deslocar as populações carentes dessa área para outras cidades do país, com um custo social muito mais elevado do que terá o uso das águas do Rio São Francisco (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

A DIVISÃO DAS ÁGUAS: CATALISADOR DE DISPUTAS

O rio São Francisco –conhecido como “rio da integração nacional”– atravessa cinco estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. O projeto de transposição previa que Bahia, Sergipe e Alagoas seriam “estados doadores de água” e Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará seriam estados “receptores de água” ou “beneficiários”. De um modo geral, os representantes dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas se posicionaram contra a realização do projeto, defendendo que, devido a sua posição de estados “doadores” de águas, não teriam ganhos do ponto de vista social, político ou econômico. Já os representantes dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará seriam os “receptores” das águas da transposição e, por este motivo, se posicionaram favoravelmente a sua realização, embora tenham argumentos muito diversos para sua adesão.

A proliferação de disputas regionais sobre o destino que seria dado às águas do rio gerou a criação de um contra-discurso por parte dos defensores da transposição, enfatizando a dimensão propriamente *nacional* do projeto. Argumentou-se, como nas décadas de 40 e 50, que o rio não é um fator de divisões, mas um eixo de integração nacional. Portanto, as posições contrárias à realização do projeto foram atacadas como posições regionalistas e/ou particularistas que iriam contra os interesses da nação. Nas palavras do então ministro da Integração Nacional:

Este projeto não é de interesse apenas do Nordeste ou de alguns estados dessa região, como equivocadamente entendem algumas pessoas, mas de interesse nacional. Nunca compreendi que as pessoas entendessem que, incluindo-nos como mais um usuário do rio São Francisco, deixássemos de levar em consideração, em primeiro lugar, a recuperação daquele rio, que é, como aprendemos, o rio da integração nacional (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

No entanto, a disputa política entre deputados favoráveis e contrários ao projeto contou com uma lógica mais forte e catalisadora que o eixo argumentativo único proposto pelo governo Fernando Henrique para sua base parlamentar. Tratava-se da oposição “estados doadores” *versus* “estados receptores” das águas do rio São Francisco, já citada, que operou por sobre as supostas divisões partidárias e/ou ideológicas em torno da questão da transposição. Essa lógica territorial desagregou pertencimentos prévios em todas as forças políticas em cena, levando deputados da então base de apoio governista a reprovarem o projeto e, analogamente, deputados do chamado “bloco de oposição” a aderirem a sua defesa. Exemplar deste movimento é a posição tomada por setores do Partido dos Trabalhadores. Alguns parlamentares do PT –pertencentes aos estados “receptores” de água do São Francisco– se pronunciaram publicamente a favor do projeto, divergindo da recomendação da assessoria técnica do partido, contrária à transposição. Nas palavras de um deputado da então oposição (PT-CE):

Sou ferrenho defensor da transposição das águas do rio São Francisco ou da sua utilização para fornecer água às regiões necessitadas do Brasil. Só aquele que já passou sede sabe a falta que a água faz. Quem nunca passou sede não sabe o que isso representa. Nós do Ceará, como já sentimos sede, sabemos disso. Como o projeto tem como primeiro objetivo o abastecimento humano, somos favoráveis [...] Encontraremos dificuldade para fazer esse debate, não teremos unidade partidária, mas se pusermos os problemas nacionais acima desses pontos, encontraremos uma saída. Sou daqueles que compreendem que um rio federal não pertence a esse ou àquele Estado, mas ao interesse da Nação brasileira (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

O argumento acionado por essa parcela da oposição que aderiu ao projeto da situação é construído de forma nuançada. Por um lado, revela

uma forte adesão ao local de origem e identificação com as condições de vida da região (“Nós do Ceará, como já sentimos sede, sabemos disso”). Por outro lado, destaca que a abrangência “nacional” do projeto poderia ser um meio para se obter consenso partidário. Finalmente, ancora-se na crença ou “convicção” de que o projeto teria como meta o “abastecimento humano”, a despeito do projeto original dar clara ênfase ao uso da água para irrigação.

O caso dos debates em torno da transposição do rio São Francisco revela que os interesses convergem com base no seu pertencimento a uma mesma classe de oposições. Verificamos, porém, que esta classe de oposições não está dada previamente, por exemplo, pela estrutura de oposições partidárias. O projeto de transposição fez as oposições partidárias passarem para um segundo plano. Note-se que elas não desaparecem simplesmente, mas perdem a força. Em primeiro plano, tem-se a oposição “estados doadores x estados receptores” de águas, que, no caso analisado, obedece a um princípio territorial. Em outras palavras, a origem e pertencimento a tal ou qual estado da federação, consistiu, até determinado momento, no fator determinante das adesões políticas ao projeto, sobrepondo-se aos critérios de natureza ideológica e/ou partidária.

A REVITALIZAÇÃO DAS ÁGUAS: CATALISADOR DE NOVOS ARRANJOS POLÍTICOS

São muitas as possibilidades de tomada de posição verificadas nas audiências públicas e a seguir serão analisadas algumas combinações possíveis observadas. Uma das posições alternativas ao projeto de transposição foi a defesa de um outro projeto, a saber, de *revitalização* do rio São Francisco, definido como de “desenvolvimento integrado” para o Semi-Árido nordestino. A revitalização foi o eixo central da argumentação de determinados deputados que se posicionaram contrariamente à realização do projeto de transposição. Neste caso, o princípio de adesão determinante não foi tão-somente territorial, mas marcadamente ideológico: são os deputados da então oposição ao governo Fernando Henrique que se filiavam à proposta da revitalização aliada a “um projeto mais amplo de desenvolvimento”, que contemplasse um elemento central: a questão da *distribuição* das águas.

Segundo os deputados que assumiram a defesa da revitalização⁸, esta última seria uma estratégia de conter e reverter os problemas sócioambientais que o rio vem enfrentando há décadas. Dentre eles, os deputados destacaram: a agricultura extensiva praticada em grandes

⁸ Veremos a seguir que há outras formas de defesa da revitalização, não necessariamente coadunada a um projeto de desenvolvimento para a região.

propriedades, como plantações de soja e de eucalipto, no norte dos estados de Minas Gerais e Bahia, que contribuem para a destruição da mata ciliar e a poluição causada pelos resíduos industriais, agrotóxicos e esgotamento sanitário, junto aos grandes centros urbanos às suas margens, que prejudicam a pesca e a população ribeirinha.

Segundo esta perspectiva, a revitalização do rio seria um instrumento para reverter o processo de esgotamento dos recursos do rio. Seria necessária uma “política de revitalização” que recuperasse as matas ciliares e as nascentes e fiscalizasse as atividades industriais poluidoras. Segundo esta visão, não faria sentido transferir água de uma região para outra, se nas proximidades dos eixos de onde a água seria retirada há problemas sérios de escassez de água e pobreza. O problema da falta d’água é aqui definido como uma questão “estrutural” que afetaria tanto áreas próximas quanto áreas distantes ao rio. Portanto, não seria possível resolver este problema simplesmente transferindo recursos definidos como “escassos” de uma região pobre para outra. Nas palavras de um deputado (PPS-PE):

Esse projeto, a transposição para essas bacias do rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba, devia ser um item do grande projeto de resgate do semi-árido [...] esse é um projeto pontual. Temos de discutir toda a questão do São Francisco. Vou ler um panfleto que recebi em Pernambuco: “Diz um habitante do Vale do Jaguaribe: ‘vamos votar no Governo. Ele está trazendo água do São Francisco a 400 quilômetros de distância para me ajudar’. Diz um habitante do Vale do São Francisco: ‘o pai do meu pai já tinha uma roça aqui, há duas léguas do São Francisco e o Governo sempre disse que não tinha dinheiro para trazer água até aqui. Só queria entender como tem água para levar tão longe’” (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Para os deputados que defendem um projeto de desenvolvimento integrado do Semi-Árido, a disponibilidade de água pura e simples, ao contrário da argumentação do governo, não resolveria o problema da pobreza no Nordeste. O problema crucial seria, segundo essa perspectiva, promover a *distribuição* dessa água. Afirmava um deputado (PT-SE):

Não obstante o fato de Sergipe ter obras de adução que têm resolvido, em grande parte, os problemas de consumo de água, especialmente nos grandes centros, os municípios do sertão de Sergipe, da beira do São Francisco, registram os piores índices de qualidade de vida, aferidos pela ONU. Às vezes, a dez, cinco quilômetros do leito do rio existem pessoas morrendo

de sede por ausência de água [...] A questão primária da seca é levar a água, mas a questão secundária, e talvez essencial, é distribuir essa água. O que queremos é travar um debate que não despreze a importância de ter uma discussão global a respeito da sobrevivência do rio São Francisco (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

A questão da distribuição das águas, segundo este bloco argumentativo, não seria um tema isolado, mas inseparável dos agentes que a controlam e, portanto, da forma como a disponibilidade de água é gerida. O controle sobre as reservas d'água é entendido como um mecanismo que envolveria relações de poder e dominação há muito enraizadas nessas regiões. Portanto, para além do aumento da oferta d'água, far-se-ia necessário criar mecanismos de *democratização* do acesso aos recursos hídricos, que passariam pela revisão do seu controle, historicamente exercido pelas chamadas “oligarquias locais”.

Nas palavras de um deputado do PT baiano:

Infelizmente, a água foi a base do poder político no Nordeste. A água comanda o poder político e o econômico no Nordeste. Ela consolidou toda uma realidade de atraso e de oligarquia. Nunca se cuidou do rio São Francisco nem dos recursos hídricos. No entanto, a Constituição de 1946, há mais de cinquenta anos, estabeleceu a destinação de 1% da renda tributária para o desenvolvimento do vale das bacias do São Francisco. E não se fez nada de sério, nada. A nação jogou 1% das rendas e o que se manteve, em toda a região do Vale do São Francisco, foram as dominações “coronelescas”, sem que a população que queria água para beber tivesse possibilidades para isso. A política essencial é o que fazer com as águas do São Francisco. Como evitar que essas águas permaneçam sendo dominadas por oligarquias locais, como o são até hoje? (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Note-se, porém, que não há uma simples polarização entre defensores da transposição *versus* defensores da revitalização. Em jogo, além de um projeto que certamente levaria recursos a determinados estados em detrimento de outros, oposições regionais, adesões locais e relações com a base que definem uma esfera e um limite de atuação possível e desejável para um deputado, traduzindo sua força política e, no limite, sua própria reeleição. As relações entre esses termos –“transposição” e “revitalização”– não foram mutuamente excludentes, ao contrário do

que se poderia supor. As audiências públicas revelaram outras combinações possíveis e soluções intermediárias. Exemplar disso foi a posição dos deputados que defenderam a revitalização do rio *em conjunto* com o projeto de transposição, criando um novo posicionamento anteriormente imprevisível.

Nas palavras de um deputado (PFL-PB) de um estado receptor:

Não me interessa, como paraibano, fazer a transposição de águas de um rio morto. Não quero, não interessa para a Paraíba. O futuro da Paraíba depende dessa transposição. Ou melhor, não temos futuro lá no semi-árido paraibano sem essa transposição. Mas também não adianta fazer a transposição de águas de um rio que não tenha maiores perspectivas (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Este posicionamento é idêntico àquele tomado por um deputado (PFL-MG) de um estado doador, que também condicionou seu apoio ao projeto de transposição à realização de obras para a recuperação do rio.

Certamente a solidariedade de Minas Gerais não faltará a projeto de tal magnitude, como também o espírito crítico de nosso estado atuará nesse estudo e na condução desses trabalhos, já que Minas tem o próprio São Francisco nascido das suas entranhas, fornecendo 70 a 75% das águas do rio. Então, a solidariedade de Minas ao Nordeste não faltará, mas o espírito crítico de Minas, peculiaridade nossa, atuará no sentido de uma cobrança efetiva de que esse rio, morto-vivo, rio que às vezes enxergamos morto mas que queremos vivo, terá todas essas salvaguardas garantidas pelo seu Ministério e pelo Governo Federal. Queremos um rio revitalizado (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Emergiu, assim, uma estratégia política que desfez a contradição entre *transpor e revitalizar* e compôs uma terceira possibilidade de tomada de posição política, a saber, a defesa da transposição *concomitante* à revitalização. Esta estratégia operou por sobre a oposição simples “estados doadores x estados receptores”, gerando sub-divisões em ambos os termos e, portanto, complexificando o quadro de combinações políticas possíveis. Como vimos, os deputados dos estados “doadores”, quando confrontados à transposição pura e simples, não acolheram a possibilidade de dela extrair benefícios sociais ou eleitorais. Porém, quando coadunada à revitalização, a transposição torna-se aceitável

ou até mesmo ativamente desejada. Já os deputados dos estados “receptores” das águas do rio tenderam a defender os benefícios coletivos do projeto de transposição, enfatizando sua dimensão “nacional”. Não obstante, neste mesmo conjunto, há deputados que negaram apoio ao projeto de transposição, caso este não estivesse integrado às obras de revitalização do rio.

A complexificação das possibilidades de posicionamento em relação ao projeto gerou um embate político tão extenso quanto inevitável, que ocupou boa parte das audiências públicas. Este quadro levou alguns deputados que lutavam pela aprovação do projeto a promoverem um deslocamento dos termos do debate nas últimas audiências, enfatizando as questões entendidas como “técnicas” que envolveriam a transposição. Segundo um deputado da então base do governo (PSBD-PE):

Tem-se que analisar essa questão no sentido complexo, geral, consistentemente técnico, denso, e que se fixar em torno desse padrão técnico um consenso que seja elementar sobre isso. Se a questão tiver qualidade técnica, definição geral, base consensual irresponsável, as divisões políticas serão menos relevantes (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000).

Este foi o expediente estratégico final do governo, ensejando capturar a adesão dos deputados, para além de seu pertencimento territorial ou ideológico. No entanto, nesta disputa particular, a estratégia de uso da linguagem da técnica para obtenção de consenso quase nenhum eco obteve junto aos deputados. As reações, provenientes tanto da base governista como da oposição, refutaram o uso de argumentos técnicos e defenderam a primazia do debate propriamente político sobre o projeto. E, paradoxalmente, a defesa da primazia da política sobre a técnica foi formulada por um deputado do partido do governo (PSDB-BA), o que indica, mais uma vez, o quanto o tema da transposição do rio São Francisco é capaz de atravessar adesões políticas prévias e costurar novos aglomerados políticos:

Entendo que este Grupo de Trabalho não foi proposto aqui, na realidade, para resolver questões técnicas ou financeiras. Esse Grupo de Trabalho foi proposto para resolver uma questão política. Se quisessem resolver questões técnicas e orçamentárias, não precisaríamos solicitar a opinião de deputados, já que os Ministérios estão inteiramente capacitados para dar as respostas técnicas e orçamentárias. A questão crucial é o consenso político. Se não chegarmos a um consenso político,

esse projeto vai ser arquivado –essa é a dificuldade (Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, 2000)

OUTRAS MARGENS DO RIO: O FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO RIO SÃO FRANCISCO

Embora não seja o intuito do presente artigo tratar da estratégia dos movimentos sociais neste debate, é necessário trazer para esta discussão a visão dos agentes sociais que foram ativamente excluídos do debate parlamentar. Afinal, embora não tenham sido convidados a se pronunciar nas Audiências Públicas na Câmara, certamente suas vozes dissonantes estão implicitamente presentes nos debates, como potencialidades não-atualizadas, que não obstante continuam a existir e, mais do que isso, a afetar o que realmente existe⁹.

O Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, criado em 1999, é formado por diversas entidades da sociedade civil organizada, com destaque para associações ambientalistas (como a Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente/BA e Grupo Ambientalista da Bahia), entidades ecumênicas (Coordenadoria Ecu-mênica de Serviço-CESE), entidades ligadas à igreja católica (Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB, Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra) e conselhos de engenharia e agronomia (como o CREA/BA). Este Fórum se posiciona contrariamente ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, defendendo a formulação de uma “abordagem global” sobre os problemas do rio. A posição do Fórum se ancora num “diagnóstico” sobre “as quatro principais doenças” que acometem o rio São Francisco: o desmatamento das matas ciliares que protegiam suas barrancas, a poluição, as barragens e os grandes projetos de irrigação.

A crítica que o Fórum dirigiu e ainda dirige ao projeto de transposição se alicerça nos seguintes argumentos: a área de abrangência do projeto engloba menos de 5% da área afetada pela seca nos estados supostamente “beneficiados”¹⁰; a transposição atingiria uma região que já possui meios de dispor da água, uma vez que é a segunda do mundo

9 Esta idéia se inspira nas análises do sociólogo francês Gabriel Tarde, resgatadas pelo trabalho de Vargas (2000).

10 Técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte fizeram objeções a aspectos técnicos do projeto de transposição. Destacaram que “ocorrerão perdas substanciais por evaporação e infiltração. Essas perdas podem chegar [...] a uma fração correspondente a 30% das vazões transportadas” (Guimarães Jr. et al., 2000). Os efeitos reais do projeto poderiam ser de fato muito mais restritos do que aqueles previstos pelo governo, viabilizando uma área irrigada muitas vezes menor do que a estimada.

em número de açudes (70 mil açudes); o custo da água seria proporcionalmente elevado para o consumidor doméstico, que não seria o principal beneficiado com a obra, uma vez que o objetivo central da transposição é a disponibilização de água para irrigação de grandes empresas agrícolas para exportação¹¹.

O Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco propôs a elaboração de estudos multidisciplinares visando um amplo diagnóstico da bacia hidrográfica do rio São Francisco. A partir deste diagnóstico seria desenhado um plano de Revitalização da Bacia, com programas de recomposição das matas ciliares, saneamento básicos e tratamento do esgoto, assim como projetos de educação em todos os níveis e setores da população, com ênfase em “educação ambiental”. Para o Fórum, a participação popular deveria ser um princípio em todos os processos decisórios relacionados a projetos de desenvolvimento na região.

Por outro lado, o Fórum defendeu o que denomina de *convivência* com o semi-árido. Esta região, representada pelo governo como um meio ambiente necessariamente hostil, é entendida pelas entidades do Fórum como perfeitamente compatível com a presença humana, como demonstram as experiências dos movimentos populares, apoiados por ONG, pastorais e igrejas, que encontraram soluções técnicas criativas para os problemas do semi-árido. Do ponto de vista técnico, segundo o Fórum, a água da chuva desperdiçada todos os anos supera em muitas vezes a quantidade de água a ser transposta pelo projeto. São conhecidas outras alternativas de abastecimento de água, como o uso de cisternas familiares, uma forma simples e eficaz de captação, armazenamento e conservação das águas da chuva que caem em todo semi-árido nordestino, conhecido como “o semi-árido mais pluvioso do planeta”, com média pluviométrica de 500 ml/ano. Mais urgente que a interligação de bacias, segundo o Fórum, seria a recuperação dos mananciais degradados e a implantação de políticas públicas que protegessem e revitalizassem o rio, compreendendo-o em sua globalidade, isto é, não apenas como mero curso d’água, mas como “patrimônio histórico e natural brasileiro” (Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, 2001).

11 O custo da água poderia ser bastante onerado, levando a operação e manutenção da obra a ser assumida por um consórcio privado que cobraria uma tarifa dos usuários das águas (Guimarães Jr. et al., 2000). Cerca de 73% da água a ser transposta se destinaria à irrigação e apenas 20% ao consumo humano. Os altos custos da água da transposição foram calculados em termos de consumo humano, mas são muito elevados para fins de irrigação. Isso poderia levar à perda de competitividade dos produtos oriundos dos pólos de irrigação beneficiados pelo projeto. As tarifas médias da água destinada ao consumo humano iriam subsidiar fortemente as tarifas para irrigação.

Um último aspecto –jurídico– foi levantado pelas entidades participantes do Fórum, argumentando que a prioridade dada à irrigação no projeto iria contra a deliberação da Lei de Recursos Hídricos (Nº 9433 de 3/01/77, inciso III), que prevê prioridade do uso da água para seres humanos e animais: “Em situação de escassez a água deve, em primeiro lugar, servir à dessedentação humana e dos animais”, diferente do previsto no projeto, que concentra o uso da água nos projetos de irrigação para exportação. Por fim, as entidades que compõem o Fórum destacaram que os setores beneficiados com o projeto de transposição seriam basicamente as empreiteiras, os políticos da região (que obteriam ganhos eleitorais com a obra) e os fazendeiros irrigantes (que se beneficiariam com a valorização monetária das terras), identidades que muitas vezes se encontram sobrepostas num mesmo sujeito social.

O ENGAVETAMENTO DAS ÁGUAS: DA TRANSPOSIÇÃO À REVITALIZAÇÃO

Em junho de 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o Decreto-Lei Nº 3833, substituindo, na agenda do *Avança Brasil*, o projeto de transposição por um projeto de revitalização do rio São Francisco. Em termos concretos, o governo Fernando Henrique desistiu de realizar a transposição, embora o discurso oficial à época tenha mantido a previsão de realização da obra para 2002, aparentemente para evitar choques com as bancadas dos estados beneficiados durante o período eleitoral.

Os motivos que levaram o governo Fernando Henrique a desistir do projeto são muitos e diversos. Em primeiro lugar, contribuiu para o seu *engavetamento* a total ausência de consenso político em sua própria base de apoio, como demonstra a complexificação das posições políticas assumidas na Câmara (vide supra). Por outro lado, a saída do principal defensor do projeto no governo, o então ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra (PTB-RN), que deixou o posto em maio de 2001, foi um forte sintoma da falta de apoio político ao projeto. Ademais, o projeto previa a possibilidade de queda em até 10% da produção de energia da Central Hidrelétrica do São Francisco, o que provocaria danos incomensuráveis num contexto nacional de racionamento energético. Some-se a isto as várias audiências públicas de análise do Relatório de Impacto Ambiental do projeto de transposição que foram canceladas por decisão judicial e pela forte articulação dos movimentos sociais que se opunham ao projeto.

Esses fatores somados à perspectiva quase nula de se iniciar as obras e inaugurar alguma etapa durante o seu mandato e à apregoada “escassez de recursos”, levaram o presidente Fernando Henrique a desistir do projeto de transposição e propor, em seu lugar, um projeto de revitalização do rio. Para tanto, foi criado o Comitê da Bacia Hidro-

gráfica do rio São Francisco, composto pelos secretários de recursos hídricos dos sete estados envolvidos no debate, além do IBAMA, da Agência Nacional de Águas e representantes da sociedade civil.

É importante ressaltar que, ao contrário da transposição, não há um único projeto de revitalização do São Francisco. Ao analisar o “Plano de Revitalização Hidro-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 2000”, desenhado durante o governo Fernando Henrique, Andrade (2002) observa que os beneficiários deste plano de revitalização não seriam as populações ribeirinhas. Enquanto ações relativas à gestão dos recursos hídricos (planejamento, cadastramento, zoneamento etc) eram definidas como de “alta prioridade”, ações ambientais que envolveriam a população ribeirinha (recuperação das matas, urbanização, revalorização das técnicas de navegação etc) eram definidos como de média-baixa prioridade. Assim, Andrade (2002: 23) alerta:

Muitas outras obras com mais barragens e transposições podem ocorrer em nome da “revitalização”, para atender objetivos muito particulares de certas agências e órgãos federais e consórcios estaduais [...] Recuperar o rio e seu habitat, restaurar o rio e as culturas que dependem diretamente dele para sua sobrevivência podem ser encarados como “supérfluos” ou de baixa prioridade dentro da visão econômica de custo e benefício no curto prazo.

A MOVIMENTAÇÃO DAS ÁGUAS: A TRANSPOSIÇÃO DE VOLTA À PAUTA

Em agosto de 2003, no primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é enviado ao Congresso Nacional o plano de investimentos do governo para o período 2004-2007, o Plano Plurianual (PPA), contendo a primeira grande obra de infra-estrutura de seu governo: o Projeto de Transposição do Rio São Francisco para a região do Semi-árido nordestino. Embora o governo tenha enfatizado a ampla participação da sociedade civil na elaboração do Plano, mais de 500 organizações da sociedade civil reagiram ao conteúdo final do PPA, enviando uma carta pública ao presidente Lula, na qual expressaram seu inconformismo com relação às decisões governamentais que, em suas palavras, “colocam em risco a sustentabilidade do país” (Fontes, 2003). A carta se referia, marcadamente, às grandes obras de infra-estrutura geradoras de fortes impactos sócio-ambientais, à liberação do plantio de transgênicos e à omissão do governo em relação às mudanças climáticas globais.

Embora tenha enfatizado que os recursos disponíveis seriam insuficientes para a consecução do projeto, o presidente Lula afirmou o

compromisso de “levar água para o Nordeste brasileiro” e defendeu que os recursos necessários para a transposição seriam angariados, lançando a máxima de que “o que faz o dinheiro é o projeto”. Nas palavras do presidente Lula:

Se você tentar convencer um empresário em investir em alguma coisa de forma abstrata, apenas pelo seu bom discurso, você não vai trazer um níquel, mas se você tiver um bom projeto, que tenha viabilidade econômica, pode ficar certo que muita gente vai ter interesse em investir os recursos aqui no Brasil (*O Estado de São Paulo*, 2003).

A máxima do presidente “o que faz dinheiro é o projeto” evidenciou um dos aspectos da ambigüidade política do atual governo.

Ao denotar que alguns projetos seriam passíveis de atrair investimentos e outros não, o presidente Lula assumiu o discurso do empresário que define como “bons projetos” aqueles mais aptos a angariar gerar lucros. Dentro desta classificação, a definição do caráter positivo ou negativo de um projeto não seria o resultado de um projeto de governo ou de políticas públicas; seria, antes, definido por um requisito característico do setor privado: a lucratividade. Esta lógica do Estado-empresa define como “bons” os projetos capazes de atrair investimento econômico, ou seja, capazes de gerar retorno financeiro para seus investidores. A transposição do rio São Francisco seria, segundo esta ótica, um “bom projeto”, considerando que houve um esforço do governo para que os recursos previstos para a implementação do projeto de transposição fossem garantidos, a despeito da “escassez geral de recursos públicos” promovida pelas políticas de ajuste estrutural em curso desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Em outubro de 2003, o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do rio São Francisco¹² assumiu a liderança do debate político e elaborou a Declaração de Penedo, um documento que se posicionou de forma crítica à transposição, apoiando em primeiro lugar iniciativas que beneficiassem as populações do semi-árido setentrional, com foco no abastecimento humano e na dessedentação animal. O CBH propôs que o projeto de transposição fosse convertido em um grande “Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado ao Semi-Árido Brasileiro”,

12 Entidade criada por decreto presidencial em junho de 2001, responsável pela gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e que compreende em sua área de atuação seis estados e um distrito federal: Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Trata-se de um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério do Meio Ambiente.

que valorizasse os pequenos projetos locais e viabilizasse a captação e o armazenamento das águas da chuva.

Em novembro de 2003, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva anunciou que a revitalização seria consensual dentro e fora do governo. Seguindo a mesma estratégia discursiva de alguns deputados que, nas audiências públicas analisadas, procuraram coadunar *transposição* com *revitalização*, a ministra enfatizou que, antes de qualquer plano de transposição, seria necessário um Programa de Revitalização do rio São Francisco, com início previsto para o ano seguinte. Segundo a ministra, a prioridade seria fornecer água potável para as comunidades da própria bacia do São Francisco. O Projeto de Revitalização do rio São Francisco então proposto previa o plantio de mata ciliar para evitar a erosão, tratamento de esgoto para os municípios às suas margens, recuperação da fauna e modernização das tecnologias de irrigação. O Programa receberia em média R\$ 100 milhões anuais, ao longo de 4 anos, para a execução das atividades¹³.

Alguns meses depois, o governo mudou de posição e as disputas políticas voltaram a se acirrar. Em julho de 2004, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em sua III reunião plenária aprovou a Carta de Juazeiro e o Plano Decenal de Recursos Hídricos. O governo se opôs ao parecer do Comitê da Bacia e a ministra do Meio Ambiente, ao contrário de todas as expectativas, discursou na plenária de Juazeiro defendendo o projeto de transposição. Apesar das pressões intensas do ministro da integração regional Ciro Gomes, o Comitê da Bacia do São Francisco, com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas, de órgãos gestores estaduais e cientistas independentes, concluiu, com argumentos técnicos, pela inviabilidade da transposição do rio São Francisco, nos moldes propostos pelo governo federal. Paralelamente a isso, o Comitê aprovou o Plano Decenal de Recursos Hídricos, que definiria os parâmetros fundamentais para a gestão das águas do São Francisco, tal como critérios de outorgas e prioridades de investimento.

O governo federal reconheceu a legitimidade e autonomia da articulação e pediu vistas à proposta de Resolução Deliberativa que

13 À época fortaleceram-se os planos para aprovar uma emenda constitucional, que criaria o Fundo de Revitalização do São Francisco, composto por recursos de 0,5% da arrecadação do imposto de renda dos sete estados que compõem a bacia hidrográfica do São Francisco. Atualmente (2007) a Frente Parlamentar em Defesa do rio São Francisco busca aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição para a revitalização do rio, que prevê a destinação de 6 bilhões de reais em 20 anos. Neste caso, a revitalização não se oporia à transposição. Nas palavras do coordenador da frente, deputado Fernando Ferro (PT-PE): “O projeto prevê, não apenas a transposição, mas cria as condições para um uso sustentável da bacia e para que se pague uma dívida histórica com o rio ao longo de anos de degradação” (Máximo, 2007) .

tratava da alocação e outorga para uso externo das águas da Bacia do São Francisco. Segundo Malvezzi (2004b):

O Comitê decidiu favoravelmente ao pedido, mas condiciona claramente a retomada do diálogo ao acatamento de condicionantes básicas, estabelecidas desde a II Plenária realizada na cidade de Penedo, Alagoas, quando conclamou o Governo Federal a priorizar a revitalização da Bacia do rio São Francisco e substituir o polêmico projeto da transposição das Águas por um amplo e criterioso Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia do São Francisco e do Semi-Árido Brasileiro.

No sentido contrário ao avanço das negociações com o Comitê, o Ministério da Integração Nacional entregou o Relatório e Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Projeto de Transposição do Rio São Francisco ao IBAMA e, segundo o diretor de projetos do Ministério, as obras dependeriam apenas da licença do IBAMA para serem iniciadas. Após as audiências públicas no legislativo aqui analisadas e os embates subseqüentes no executivo, onde a participação da sociedade civil foi limitada, iniciou-se uma nova rodada de audiências públicas nos estados envolvidos no projeto.

Na audiência pública de Petrolina, ocorrida em outubro de 2004, a proposta do governo federal foi rejeitada pelos participantes. Segundo Malvezzi (2004c):

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para a bacia e o semi-árido apresentado pelo governo agrega programas importantes –cisternas, dessalinização, pró-água semi-árido, revitalização da bacia, etc.– mas não passa de uma agregação de projetos para viabilizar a transposição. Sem negar aqueles, continuamos negando a transposição.

Observa-se, assim, que as disputas se desenrolaram em dois planos: um plano contrapôs o governo federal e a sociedade civil organizada e outro plano revela as tensões internas ao governo, seja entre os Ministérios do Meio Ambiente e da integração regional, seja dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, do qual o Comitê da Bacia do rio São Francisco é parte integrante.

COMENTÁRIOS FINAIS

O rio São Francisco é representado pelos defensores do projeto de transposição como uma fonte de recursos. A água é apreendida enquanto um recurso cada vez mais escasso e, portanto, segundo as lentes do pensamento econômico neoclássico, dotado de um valor cada vez maior. Enquanto mercadoria, a água possui um valor de mercado

que é tanto mais alto quanto maior for a escassez deste recurso. Esta visão do rio como uma fonte de recursos ignora as várias dimensões que ele possui para as populações que vivem ao longo de seu curso. Na perspectiva economicista, o rio não é concebido enquanto rio, mas tão-somente como um canal por onde escoa água, recurso demandado por regiões onde há secas e setores econômicos “dinâmicos” que supostamente arcariam com seus custos. Este olhar que reduz os múltiplos sentidos sociais de um rio a um significante *água*, perde de vista que a transposição poderia vir a ter conseqüências que vão além da desestabilização de sua dinâmica hidrológica ou ambiental. Esses “recursos” certamente não são apenas econômicos. O rio, que é a um só tempo um território econômico, social e existencial, é vital para aqueles sujeitos sociais que com ele estabelecem uma relação de produção e reprodução de diferentes modos de vida.

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco, em sua grande proporção e complexidade técnica, traz evidentemente um apelo fortemente modernizante. Porém, em muitos sentidos, está orientado segundo uma lógica conservadora, no sentido estrito do termo, análoga àquela que orientou governos passados a destinar verbas para a construção de açudes nas grandes propriedades e incentivos fiscais para fazendeiros comprarem máquinas e insumos sofisticados. Ao destinar recursos que favorecem acima de tudo o agronegócio para exportação, a lógica subjacente ao projeto é a da reprodução da desigualdade de acesso e apropriação dos recursos naturais.

Os problemas ambientais com que se defrontam o rio e as populações ribeirinhas têm causas sociais muito precisas, que tornam evidente a indissociabilidade entre questões ambientais e sócio-políticas. O rio é usado como mecanismo para a externalização dos custos produtivos através de derrames clandestinos das indústrias que se instalaram ao longo de seu curso. Por outro lado, as margens do rio estão completamente degradadas devido ao seu uso intensivo para o plantio de culturas de exportação (soja e eucalipto), essenciais para a produção do superávit primário, às custas dos recursos naturais que eram os reguladores do nível das águas e de pescado e impediam a erosão e o assoreamento do fundo do rio. Paralelamente a isso, a concentração das terras ao longo do rio e seu uso para fins de pastagens também contribuem para a degradação das matas ciliares que garantem a saúde das águas e a oferta de peixes para a população ribeirinha. Por fim, as barragens existentes no curso do rio criaram uma série de desequilíbrios sócioambientais, afetando o ciclo da pesca e a navegabilidade na região. O rio São Francisco, enfim, vem sendo utilizado como fonte inesgotável de recursos destinados a alimentar o processo crescente de acumulação e concentração capitalista dentro da lógica da competência

meritocrática dos territórios e suas disposições para atrair investimentos disponíveis no assim chamado mercado global.

A *seca do Nordeste* é um problema social conhecido secularmente no Brasil e apresentado por um certo viés de análise da nossa história recente como uma causa central para a migração de contingentes populacionais muito expressivos do Nordeste para o Sudeste desde a década de 40, principalmente, até os dias de hoje. A retórica do governo Fernando Henrique Cardoso disseminou publicamente este antigo discurso que aponta a seca do Nordeste como causa central deste processo. Absteve-se, assim, de olhar a dinâmica político-econômica que produziu e continua a produzir esse processo migratório: a estrutura de posse da terra profundamente desigual no Nordeste brasileiro, o processo de modernização dos processos de cultivo e das relações sociais no campo, assim como o concomitante desenvolvimento econômico do Sudeste e sua demanda crescente por mão-de-obra barata e pouco qualificada, dinâmica analisada de forma definitiva por Oliveira (2003).

Esse discurso situa a causa dos problemas sociais numa variável natural e coloca em segundo plano as relações que os homens travam entre si, privilegiando-se a relação dos homens com a natureza, concebida como entidade à parte, fora das relações sociais. Assim, naturalizam-se as contradições sociais, ao mesmo tempo em que se universaliza sua solução, remetida ao campo das técnicas. Um dos projetos inventados ao longo da história para supostamente solucionar o problema das secas no Nordeste foi o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Um projeto como este representa um investimento público altíssimo visando solucionar um problema definido como *natural*, a *seca*, diagnosticada como principal causadora da pobreza e da diáspora nordestina. Condizente com a tese neoclássica da incompatibilidade fundamental entre interesse individual e interesse social (Gentili, 1998), o projeto proposto se encaminhava para a privatização de um bem natural por setores privilegiados, sem que se engendrasse um modelo capaz de provocar mudanças efetivas no lugar subalterno que a região Nordeste historicamente ocupa no desenvolvimento do país.

Os projetos de investimento do governo Fernando Henrique na região –como é o caso do projeto de transposição– priorizaram a ligação de determinadas porções dinâmicas do território aos mercados externos, engendrando, por outro lado, um processo de fragmentação territorial. Esta idéia de se produzir uma oferta de água para os setores que possam pagar por ela, revela uma confiança ilimitada nas virtudes e alcances de um tipo de individualismo com predicados meritocráticos: os setores mais dinâmicos, competentes, eficientes e com maior ca-

pacidade de inserção internacional seriam os beneficiados pelo projeto. A ênfase na competência meritocrática dos territórios de se tornarem, através do uso da água transposta, competitivos no mercado global, revela uma forma ativa de mudança social, que tende a conservar privilégios ao mesmo tempo em que produz uma aparente reforma social. Nesse processo de transformação social, ficam intangíveis as questões da posse da terra e da distribuição da água. Como nas doutrinas do conservadorismo clássico, a propriedade da terra –em nenhum momento problematizada– é representada como vinculada a uma ordem superior, harmônica e estruturada (Gentili, 1998) e, portanto, intangível e a-histórica.

O projeto de transposição, em outras palavras, mantém enraizados os privilégios seculares dados pela estrutura desigual da propriedade da terra, pela apropriação privada dos bens naturais comuns e pelo aparato político concentrado nas mãos dos grandes produtores rurais. Investimentos públicos em grandes obras são, acima de tudo, escolhas políticas que poderiam ser direcionadas tanto para a reprodução das desigualdades estruturais, como para uma melhor distribuição dos recursos, acessos e da renda. Um projeto efetivamente transformador para a região da Bacia do rio São Francisco não pode furtar-se a incorporar outras dimensões ao rio, para além das águas enquanto um recurso escasso e estratégico. É preciso mais do que nunca um olhar atento para aquilo que se passa nas “margens que o comprimem”.

BIBLIOGRAFIA

- Achselrad, Henri 2000a “Modelos de desarrollo, territorio y ciudadanía” em *Gestión y Ambiente* (Medellín) Vol. 1, N° 4.
- Achselrad, Henri 2000b “Sustentabilidade, espaço e tempo” em Herculano, S. (org.) *Meio ambiente: questões conceituais* (Niterói: UFF/PGCA/Riocor).
- Achselrad, Henri 2001a “Modelos de desarrollo, espacio y tiempo. Consideraciones sobre un debate brasileño” em *Ciudad y Territorio* (Barcelona) Vol. XXXIII, N° 127.
- Achselrad, Henri 2001b *Eixos de articulação territorial e sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil* (Rio de Janeiro: Fase).
- Achselrad, Henri 2004 “Moviment de justícia ambiental. Estratègia argumentativa i força simbòlica” em Valdivielso, J. (org.) *Les dimensions socials del medi ambient* (Islas Baleares: Universitat de les Illes Balears).

- Andrade, Renata 2002 *Da transposição das águas do Rio São Francisco à Revitalização da Bacia: as várias visões de um rio* (Brasília: Fórum Permanente de Defesa do São Francisco/International Rivers Network/Coalizão Rios Vivos).
- Boletim Adital 2002 “Clipping de notícias” em <www.adital.org.br>.
- Bourdieu, Pierre 1981 “Decrire et prescrire: notes sur les conditions de possibilité et les limites de l’efficacité politique” em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (Paris) N° 38, maio.
- Bourdieu, Pierre 1998 (1989) *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Bourdieu, Pierre 2000 *Propos sur le champ politique* (Lyon: Presses Universitaires de Lyon).
- Câmara dos Deputados-Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco 2000 “Notas taquigráficas das Audiências Públicas”, Brasília, fevereiro-junho, mimeo.
- CNBB/CÁRITAS/CPT/CREA-BA/CESE 2000 “Manifesto do seminário O Rio São Francisco: questão de vida ou de morte” Salvador, mimeo.
- Fontes, Cristiane 2003 “ONGs enviam carta a Lula solicitando a adoção de medidas em prol da sustentabilidade do país” em *EcoAgência* (Rio Grande do Sul) 20 de outubro.
- Evans-Pritchard, Edward Evan 1978 (1940) *Os nuer* (São Paulo: Perspectiva).
- Folha de São Paulo* 2001 (São Paulo) 29 de julho.
- Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco 2001 “Cartilha Rio São Francisco: quem gera vida não pode morrer”, mimeo.
- Gadelha, Marcondes 2000 “Relatório do grupo de trabalho destinado a tratar da transposição de águas do rio São Francisco e revitalização dos seus afluentes, bem como apresentar propostas ao orçamento que viabilizem estas ações” (Brasília: Câmara dos Deputados).
- Garnier, Jean-Pierre 1994 “L’écologisme ou la fétichisation de l’espace-temps” em *Economies et Sociétés. Série Etudes de Marxologie* (Paris) N° 30-31.
- Gentili, Pablo 1998 “Retórica de la desigualdad. Los fundamentos doctrinarios de la reforma educativa neoliberal”, Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires, mimeo.

- Guimarães Jr., João Abner et al. 2000 “Relatório final da Comissão sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco e o Rio Grande do Norte” (Natal: UFRN).
- Jornal do Brasil* 2001 (Rio de Janeiro) 24 de agosto.
- Lafaye, Claudette e Thévenot, Laurent 1993 “Une justification écologique? Conflits dans l’aménagement de la nature” em *Revue Française de Sociologie* (Paris) XXXIV-4, outubro-dezembro.
- Lima, Titande e Reschke, Alexandra 2001 “Nota técnica sobre o projeto governamental de transposição do Rio São Francisco da Assessoria Técnica da Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores” (Brasília: Câmara dos Deputados).
- Malvezzi, Roberto 2004a “A agonia das águas” em *Boletim Adital*, em <www.adital.org.br/site/noticia>.
- Malvezzi, Roberto 2004b “A cabeça de Marina” em *Boletim Adital*, em <www.adital.org.br/site/noticia>.
- Malvezzi, Roberto 2004c “Até Lula duvida” em *Boletim Adital*, em <www.adital.org.br/site/noticia>.
- MMA/ANA-Ministério do Meio Ambiente/Agência Nacional de Águas/ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente 2007 *GeoBrasil: recursos hídricos: componente da série de relatórios sobre o estado e perspectivas do meio ambiente no Brasil* (Brasília: MMA/ANA).
- Máximo, Wellton 2007 “Diretor da Aneel sugere que obras de interesse nacional passem a ser decididas por Conselho de Defesa Nacional” em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/12/materia.2007-04-12.1747187635/view>> acesso 12 de abril de 2007.
- Ministério da Integração Nacional 2002 “Projeto de Transposição para o Rio São Francisco” em <<http://www.integracao.gov.br/ptsf>>.
- O Estado de São Paulo* 2003 (São Paulo) 15 de agosto.
- O Globo* 2002 (Rio de Janeiro) 12 de dezembro.
- Oliveira, Francisco 2003 (1972) *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo).
- Rios Vivos 2003 “Clipping de notícias” em <www.riosvivos.org.br>.
- Sader, Emir e Gentili, Pablo (eds.) 1999 *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social* (Buenos Aires: EUDEBA/CLACSO).

- Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica 2000a “Diretrizes e objetivos do PPA” em <www.abrasil.gov.br>.
- Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica 2000b “Entendendo o Plano Pluri-Anual (PPA)” em <www.abrasil.gov.br>.
- Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica 2001 *Projeto São Francisco* (Brasília: Ministério da Integração Nacional).
- Sigaud, Lygia et al. 1988 *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais* (São Paulo: AIE/COPPE/Marco Zero/CNPq).
- Soares, Laura Tavares 2001 *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina* (Petrópolis: Vozes).
- Souto, P. 2001 “O enigma da transposição do rio São Francisco” em *Gazeta Mercantil*, 6 de abril.
- Vargas, Eduardo Viana 2000 *Antes tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais* (Rio de Janeiro: Contra Capa).